

Vitor assume negociação para municipalizar trânsito

AJ16954

Cláudia Feliz

O governador Vitor Buaziz assumirá, pessoalmente, a responsabilidade por discutir, com o prefeito Paulo Hartung, os aspectos que envolvem a municipalização do trânsito de Vitória, segundo o superintendente de comunicação do Governo do Estado, Otaviano Carvalho. O prefeito admitiu que esperava por essa decisão do governador. "Causava escândalo o fato de, diante da realidade dramática que o trânsito apresenta na cidade, os subordinados do governador virem preferindo a politicagem, o jogo de empurra à solução dos problemas", desabafou Hartung.

Otaviano, por sua vez, admitiu que a decisão do governador tem relação com a postura adotada por um dos assessores do prefeito Paulo Hartung, o secretário de Transportes Marcelo Ferraz. "O secretário agrediu o Governo quando disse na televisão que o governador consegue da Procuradoria o parecer que quiser", comentou. "Agora, o assunto será discutido diretamente entre o governador e o pre-

feito". Segundo ele, Vitor Buaziz já encomendou à Procuradoria Geral do Estado (PGE) um estudo sobre a forma pela qual o processo de municipalização "pode andar", embora tenha frisado: "Dentro do que a lei permite".

Coerência

Para Paulo Hartung, a decisão do governador faz com que todo o processo de discussão da municipalização volte a ter coerência. "Foi o próprio Vitor Buaziz quem fez a proposta de municipalização integral, numa reunião do conselho da Região Metropolitana, no ano passado. Ele ofereceu e aceitamos o desafio. O Governo nos mandou uma minuta de convênio e nós, da Prefeitura de Vitória, remetemos de volta uma contraproposta. Agora, chega a notícia de que o próprio Governo, por meio de sua procuradoria, diz que o convênio é ilegal. A opinião pública vem acompanhando tudo isso, perplexa", argumentou.

Na opinião do prefeito, não há como entender a oferta, de parte do Governo, sem a análise prévia da legalidade. "Seria um ato de preci-

pição e incompetência", comentou. Ele frisou que o Detran tem sido incompetente para "tomar conta" do trânsito de Vitória, embora arrecade na cidade 50% do IPVA e das multas. "O órgão não consegue nem mesmo manter sincronizada a atual rede de semáforos, da era da pedra lascada. Há poucos guardas de trânsito na cidade - hoje eles são um décimo do que existia no Governo anterior, e a quantidade já era insuficiente. Não há guinchos para retirar os carros estacionados sobre as calçadas. A realidade é dramática", assegurou.

Lembrando que o tempo de seu mandato na PMV está chegando ao fim, e que a cada dia torna-se mais difícil a aplicação de soluções para os muitos problemas do trânsito na Capital, o prefeito chegou a comentar: "Se não querem passar a responsabilidade para a Prefeitura, que a assumam e façam os serviços. Hoje, o Detran não faz e não quer que a Prefeitura faça. Fico pensando se os quadros subalternos do Governo do Estado não desejam justamente que a atual administração do município deixe de resolver os problemas", argumentou.



Foto de César Inácio Nunes

A rede de semáforos de Vitória é da era da "pedra lascada", segundo avaliação do prefeito Paulo Hartung

Verba é mantida para ações básicas

Foto de Samuel Vieira

Sem a municipalização do trânsito de Vitória - em função de parecer contrário da Procuradoria Geral do Estado (PGE) - a Prefeitura deixará de investir na cidade R\$ 154.174,00, relativos a um projeto assinado desde março, para manutenção preventiva e corretiva dos semáforos em operação, reduzindo os investimentos previstos de R\$ 531.389,50 para R\$ 377.215,55.

O secretário de Transportes da Prefeitura de Vitória, Marcelo Ferraz, disse que mesmo com a posição da PGE, a Prefeitura não deixará de aplicar recursos em ações básicas que visam a melhoria do trânsito. Mas admitiu que um projeto, no valor de R\$ 300 mil, relativo à substituição de toda a rede de semáforos por equipamentos computadorizados não será viabilizado.

Suspensão

Será suspenso o contrato com a empresa Sinales - Sinalização do Espírito Santo Ltda, ainda sem a ordem de serviço emitida - que viabi-



O custo mensal do Departamento de Trânsito criado pela PMV é de R\$ 15 mil

lizaria a troca de equipamentos danificados numa manutenção preventiva e corretiva dos atuais semáforos. A PMV vai executar projetos de contagem de tráfego, reprogramação e modernização dos contro-

ladores de semáforos, no valor de R\$ 94 mil. Mas não reverterá os projetos na aquisição e instalação dos semáforos computadorizados.

"Vamos fazer ainda a sinalização turística, a horizontal e a vertical.

Há ações administrativas irreversíveis de projetos já iniciados. O dinheiro, não podemos esquecer, é público e a cidade precisa dos investimentos", disse o secretário. Ele lembrou que a não-municipalização fará o Batalhão de Trânsito deixar de receber, de imediato, R\$ 100 mil, além de outros R\$ 20 mil mensais da PMV. "Mas as motocicletas e os equipamentos, no valor de R\$ 49 mil, nós vamos repassar. Do contrário, estaríamos agindo contra o interesse público" comentou.

A Secretaria, além dos projetos, pensando na municipalização, também criou um Departamento de Trânsito, cujo custo mensal (somando salários dos profissionais que ocupam os 11 cargos) chega a cerca de R\$ 15 mil/mês. O departamento será mantido porque, segundo Ferraz, a PMV fará tudo o que for necessário, desde que não dependa operacionalmente do Estado. "Não vamos deixar contas pendentes, obras inacabadas e projetos desestruturados para o sucessor", assegurou.

Projeto funciona em outros Estados

Em Curitiba, capital do Paraná, a municipalização do trânsito existe há pelo menos 20 anos. Agora as ações nesse sentido estão sendo programadas para toda a Região Metropolitana. É o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc) quem executa todos os projetos de Engenharia de tráfego, planejando vias, projetando, instalando e mantendo a sinalização vertical, horizontal e semaforica.

O presidente em exercício do Ippuc, Édson Seidel, explica que a Polícia Militar fiscaliza o trânsito e, por força de convênio com a municipalidade, repassa 50% do que é arrecadado com multas aplicadas nas infrações como o estacionamento irregular e avanço de sinal vermelho. "Nós instalamos as lombadas eletrônicas e o processo é o mesmo na fisca-

lização", disse Seidel, frisando o "bom relacionamento" entre as duas instâncias de Governo.

Em Belo Horizonte é a Empresa de Transporte e Trânsito (BH Trans), criada por lei municipal, quem também assume a responsabilidade pela engenharia de tráfego, pela educação de trânsito e pelo estacionamento rotativo, cujas multas, aplicadas pela PM, devem ser repassadas à empresa, por força de convênio.

O assessor técnico da BH Trans, Paulo de Tarso Linhares, diz que "o grande nó" no país, hoje, é a redistribuição de competências entre Estado e municípios. "O novo Código de Trânsito prevê que a fiscalização passe para a esfera municipal. A solução está aí, mas há dois anos o projeto tramita no Senado", lembrou ele.